

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 13, número 1 (2022)
ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há outra Forma?

*Estar en la Academia También es Estar en el
Activismo, ¿Hay otra Forma?*

*Being in the Academy is also Being in Activism – Is
there another Way?*

Eduarda Ferreira

CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas (FCSH/NOVA) - Portugal
e.ferreira@fcsn.unl.pt

Como citar este artigo:

FERREIRA, Eduarda. Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há outra Forma?. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 244-252, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há outra Forma?

Estar en la Academia También es Estar en el Activismo, ¿Hay otra Forma?

Being in the Academy is also Being in Activism – Is there another Way?

Resumo

Este texto aborda as interseções entre ativismo e academia. A partir de uma análise das práticas acadêmicas e da produção de conhecimento, pretende evidenciar as hegemonias existentes na academia e a forma como o poder instalado nas instituições é claramente político, tem cor e ideologia. Analisa em particular as questões relacionadas com os estudos de género, as resistências que existem e as reações negativas ao seu desenvolvimento que têm surgido um pouco por todo o mundo. São apresentadas reflexões sobre as potencialidades das interseções entre ativismo e academia, com alguns exemplos de iniciativas na área dos estudos de género em Portugal.

Palavras-Chave: Ativismo. Academia. Sexualidades. Estudos de Género.

Resumen

Ese texto discute las intersecciones entre activismo y academia. Partiendo del análisis de las prácticas académicas y de la producción del conocimiento, se pretende evidenciar las hegemonías existentes en la academia y el modo como el poder instalado en las instituciones es claramente político, tiene color e ideología. Se analiza, particularmente, las cuestiones relacionadas con los estudios de género, las resistencias que existen y las reacciones negativas a su desarrollo que han surgido por todo el mundo. Se presentan reflexiones sobre las potencialidades de la intersección entre activismo y academia, con algunos ejemplos de iniciativas en el campo de los estudios de género en Portugal.

Palabras-Clave: Activismo. Academia. Sexualidades. Estudios de Género.

Abstract

This paper addresses the intersections between activism and the academia. Based on an analysis of academic practices and knowledge production, it aims to highlight the hegemonies existing in the academia and the way the power installed in institutions is clearly political, has color and ideology. It analyzes particularly issues related to gender studies, the resistance that exists and the negative reactions to their development that have arisen all over the world. Reflections on the potential of the intersections between activism and the academia are presented, with some examples of initiatives in the field of gender studies in Portugal.

Keywords: Activism. Academia. Sexualities. Gender Studies.

Eduarda Ferreira



As interseções entre ativismo e academia são múltiplas e complexas. No entanto, a primeira associação que me ocorre quando se fala de ativismo na academia são questões relacionadas com orientação sexual. Não só porque é uma das minhas áreas de investigação e também de ativismo, mas porque quando se fala em orientação sexual invariavelmente se pensa no que é não normativo, pensa-se em homossexualidade ou bissexualidade. Raramente se pensa em heterossexualidade. O que nos vem à mente é o que está fora do padrão dominante, porque uma das características mais importantes das estruturas de poder hegemónicas é a sua invisibilidade. Por estarem disseminadas e entranhadas em tudo o que nos rodeia, tornam-se invisíveis. O que chama a atenção é o dissonante, o que rema contra a maré.

Pela mesma razão que quando se fala em orientação sexual habitualmente se pensa em homossexualidade e bissexualidade e não em heterossexualidade, falar de ativismo na academia habitualmente remete para investigação que contesta o sistema, as hegemonias e as relações de poder. Por essa razão, o ativismo na academia é muitas vezes associado à ideologia, agenda política, radicalismo, atitude tendenciosa, falta de objetividade, ideias pré-concebidas e também a aproveitamento de uma situação de privilégio, como produtores/as de conhecimento, para influenciar mentalidades.

Esta abordagem é falaciosa, dá a ideia de que só do lado do ativismo é que existem todas estas questões: ideologia, agenda política, radicalismo, atitude tendenciosa, falta de objetividade, ideias pré-concebidas...

Esta forma de encarar o ativismo na academia, identificando como ideologia só o lado que contesta as hegemonias, faz-me lembrar o poema de Brecht:

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem (Brecht, 2000).

O próprio sistema é ele próprio a expressão de uma ideologia, que utiliza as relações de poder para reproduzir uma determinada forma de entender a sociedade e o papel de cada um/a de nós na vida social e política. A forma como a academia está organizada, foi brilhantemente analisada pela Maria do Mar Pereira (colaboradora do CIEG¹) num artigo que escreveu em 2011 para a revista LES Online, "'Academia sem Paredes': (Im)possibilidades de Intervenção Política em Tempos de Performatividade e Precariedade" (Pereira, 2011). Fala-nos das profundas transformações dos modelos de organização e avaliação do trabalho académico em Portugal e no estrangeiro. Estas transformações têm-se traduzido numa progressiva extensificação, elastização e precarização do trabalho científico, e numa crescente institucionalização de regimes de performatividade sustentados por estruturas de medição e auditoria. Maria do Mar utiliza o conceito de "academia sem paredes" de Rosalind Gill desenvolvido em 2010 no seu artigo "Breaking the Silence: the Hidden Injuries of the Neoliberal University" (Gill, 2010) e adaptado do conceito de "fábrica sem paredes" de Antonio Negri (1989). Qualquer local e momento pode servir para realizar atividades académicas, a atual carga de trabalho média nas

1 Centro Interdisciplinar de Estudos de Género: <<http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/>>.

universidades é de tal forma intensa que só é possível completar todas as funções pedagógicas, de investigação e administrativas trabalhando também de noite, aos fins de semana, feriados, e/ou nas férias, desaparecendo as fronteiras entre espaço/tempo de trabalho, e espaço/tempo de lazer, e as/os investigadoras/es passam a estar sempre potencialmente “on”, contactáveis e de serviço (Pereira, 2011).

Corremos atrás das publicações indexadas no *Scopus*, com elevado *Impact Factor* (medida que reflete o número médio de citações de artigos científicos publicados em determinada revista), quanto mais melhor, escrever, escrever muito e publicar, publicar de preferência em inglês, em revistas com uma alta percentagem de rejeição, para ser mais valorizado se publicado, para fazermos parte do topo, para subir o nosso h-index (quantifica a produtividade e o impacto de investigadores/as com base nos seus artigos mais citados).

Às vezes pergunto-me qual o sentido desta louca corrida para publicar. Pagamos para publicar em publicações *open access*, pagamos para poder ter o artigo nas atas de uma conferência, e pagamos muito mais do que dinheiro, pagamos com trabalho intensivo, apressado e sem o necessário tempo de reflexão. A enorme pressão para se publicar prejudica não só a qualidade de vida dos/as investigadores/as, mas o seu próprio trabalho, a investigação que se faz. O movimento Slow Science² tem alertado para esta situação e apresentou um manifesto contra o crescimento da ‘economia do conhecimento’. Nos últimos anos temos assistido à crescente mercantilização da investigação científica e da produção de conhecimento, com a concomitante redução de financiamento público das universidades e o enfraquecimento das agências regulatórias (Stengers, 2013). Nesta atual situação da investigação científica, com a enorme pressão para se publicar e a importância que é dada às métricas das publicações (número de citações, número de visualizações, etc), quem sai certamente a ganhar são as grandes editoras.

Ao analisarmos os processos envolvidos nas publicações científicas podemos identificar diversas formas de reprodução de estruturas de poder que limitam e condicionam a produção do conhecimento. Por exemplo, a revisão cega por pares (em que revisores/as não têm conhecimento da identidade das/os autoras/es) é à partida algo de positivo, uma estratégia para garantir a qualidade do trabalho publicado que parece acautelar a justa apreciação do trabalho produzido. No entanto, quem não teve já a experiência de revisões de artigos em que se pede expressamente que se citem determinados autores/as, em que o que é criticado não é o valor intrínseco do artigo mas o não se seguir determinada linha teórica? É uma das formas mais evidentes da reprodução de hegemonias na academia.

Um das críticas feitas ao ativismo na academia é o poder comprometer a pretensa objetividade da ciência e das investigadoras e investigadores. As teorias feministas têm contestado a crença, porque de uma crença se trata, na objetividade científica. O conhecimento é produzido em contextos ou circunstâncias específicas e o reconhecimento do contexto em que o conhecimento é produzido implica que as investigadoras e investigadores devem ser autorreflexivos e reconhecer a importância da sua posicionalidade

2 The Slow Science Academy: <<http://slow-science.org/>>. Acesso em: 15/12/2021.

específica, a fim de evitar falsas noções de neutralidade (Rose, 1993).

O não assumir da posicionalidade de quem detém o poder ou se insere nos discursos hegemônicos, como, por exemplo, quem faz a seleção nos concursos de projetos, as direções das instituições, as editoras científicas, etc. tem profundas implicações na reprodução de determinadas correntes teóricas e políticas em detrimento de outras, e compromete a transparência e equidade no funcionamento da academia.

O poder instalado nas instituições é claramente político, tem cor e ideologia. O ataque que os estudos de gênero estão a sofrer, por exemplo, em vários países da Europa, na Índia e no Brasil, é disso um exemplo muito preocupante. Por um lado, quer dizer que incomodam, que perturbam as estruturas de poder, mas também estão muito vulneráveis a ataques diversos, tendo sido banidos de alguns países. Alguns exemplos recentes:

- Em novembro de 2017, a filósofa norte-americana Judith Butler, referência mundial em estudos de gênero, que estava no Brasil a convite do Sesc Pompeia, centro de cultura e lazer em São Paulo, para um ciclo de conferências, foi perseguida por manifestantes “contra a ideologia de gênero” mesmo estando acompanhada de dois agentes da Polícia Federal. Com cartazes com dizeres como “menos bruxas e mais príncipes e princesas”, os manifestantes afirmavam que “a revolução familiar começou”. A passagem de Judith Butler pelo Brasil terminou com um incidente no check-in do Aeroporto, quando Butler, à espera de embarcar para o Rio de Janeiro, foi perseguida e insultada por uma mulher que segurava um cartaz com uma foto sua desfigurada. Estamos a falar de violência, não só verbal mas também física³.

- Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orban de extrema direita proibiu programas de estudos de gênero nas universidades - argumentando que esta área de estudo é uma ideologia e não uma ciência. Foi emitido um decreto para revogar a acreditação e o financiamento de programas de estudos de gênero nas universidades na Hungria no início de outubro de 2018⁴.

- Mais recentemente, o governo de extrema-direita da Hungria aprovou uma lei que permite ao Estado apertar o controle sobre os órgãos de investigação científica. A lei acaba com a Academia de Ciências Húngara com 200 anos de existência e a sua rede de 15 centros de investigação e cria uma comissão. O presidente da comissão será nomeado por Viktor Orban, o primeiro-ministro nacionalista da Hungria, e metade dos seus membros será selecionada pelo governo. Investigadoras/es consideram que esta lei é "essencialmente outro prego no caixão da liberdade académica e do pensamento independente" no país⁵.

- Em março de 2019, a University Grants Commission (UGC) em Nova

3 Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/filosofa-judith-butler-e-alvo-de-ofensas-em-aeroporto-de-sp-e-mulher-e-agredida-ao-defende-la.ghtml>>. Acesso em: 27/01/2022.

4 Disponível em: <<https://thebrazilianpostptbr.home.blog/2018/10/22/viktor-orban-primeiro-ministro-da-hungria-bane-estudo-de-genero-das-universidades-isso-e-ideologia-e-nao-ciencia/amp/>>. Acesso em: 05/01/2022.

5 Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/hungria-p%C3%B5e-setor-cient%C3%ADfico-sob-controle-do-governo/a-49444801>>. Acesso em: 10/01/2022.

Delhi na Índia anunciou cortes drásticos no seu orçamento para centros de estudo de género, provocando protestos em todo o país, liderados pela Associação Indiana de Estudos sobre a Mulher (IAWS). Como reação à exposição mediática a universidade, passado uma semana, disse que aquelas orientações eram apenas um rascunho. As/Os académicas/os, no entanto, não ficaram convencidas/os do esclarecimento da UGC e acham que o futuro dos estudos de género na Índia enfrenta um futuro difícil⁶.

Depois de décadas de progresso constante em termos de género e de direitos sexuais, várias partes da Europa e do mundo estão a enfrentar novas ondas de resistência a uma chamada "ideologia de género" ou "teoria de género". A oposição à igualdade progressiva de género manifesta-se na tentativa de reverter legislação relacionada com a igualdade no casamento, aborto, tecnologias reprodutivas, educação sexual, direitos LGBTI, políticas anti discriminatórias e também limitar ou banir os estudos de género.

Em Portugal, muito recentemente, um grupo de deputados do PSD e CDS pediram ao Tribunal Constitucional a fiscalização de medidas no ensino sobre identidade de género. O pedido foi assinado por muito mais do que os 23 parlamentares exigidos pela Constituição. O que é contestado é o artigo 12.º da lei que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa, aprovada em 12 de Julho de 2018 com votos contra de PSD e CDS-PP. O artigo 12º é relativo à educação e ensino e refere, na sua alínea 1, que “o Estado deve garantir a adoção de medidas no sistema educativo, em todos os níveis de ensino e ciclos de estudo, que promovam o exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais das pessoas”, detalhando procedimentos que incluem a formação adequada para docentes e outros profissionais do sector. Um dos argumentos apresentados é de que há um uso político que é dado aos chamados ‘estudos de género’ e nesse sentido, isso seria uma ideologia que deveria ser proibida, segundo a Constituição, já que o Estado possui o dever de evitar a propagação de ‘ideologias, religiões ou doutrinas’ no sistema de ensino. Assim, com base nessa perspectiva, os deputados estão apenas promovendo a ‘proteção da escola face às ideologias’ que, nesse caso, é a de ‘género’.⁷ Portanto, ideologias nas escolas só as dominantes, as que mantêm as estruturas de poder e os sistemas de discriminação.

Este panorama atual leva-nos a refletir no nosso papel enquanto cidadãos e investigadoras. Como podemos lidar com as interseções entre ativismo e academia?

O ativismo não é uma prática isolada em determinados espaços e momentos de vida das/os investigadoras/es, existe num contínuo nos vários contextos em que se movimentam e está incorporado em toda a atividade académica (Ruddick, 2003). As fronteiras entre academia e ativismo são difusas, existem

6 Disponível em: <<https://thewire.in/education/new-ugc-guidelines-may-cut-funding-for-womens-studies-centres-across-india>>. Acesso em: 17/01/2022.

7 Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2019-07-19-Grupo-de-deputados-de-direita-avanca-para-o-Constitucional-para-travar-ideologia-de-genero-nas-escolas>. Acesso em: 10/01/2022.

sobreposições entre os objetivos e funções de académicas/os e ativistas, nas suas práticas de investigação e na sua intervenção social (Ferreira e Silva, 2011).

Qualquer atividade social, e a atividade académica não é exceção, contém sempre um potencial de transformação e é um reflexo de determinada forma de entender a realidade. Considerando o peso da representação do conhecimento científico nas sociedades ocidentais, é particularmente importante que a atividade académica seja exercida com plena consciência política das suas motivações e dos seus possíveis efeitos.

Os estudos de género têm estado particularmente ligados a estas questões. A maioria das/os investigadoras/es que trabalham na área dos Estudos de Género e Feministas em Portugal também está envolvida em ativismo social e político (Ferreira, 2019). Isso não surpreende, considerando a importância das teorias feministas nestas áreas de investigação. As interseções entre poder, conhecimento e subjetividade foram evidenciadas pelas teorias feministas, revelando as relações entre posicionamento social, valores e atitudes das/os investigadoras/es e a maneira como o pensamento científico é construído (Rose, 1993). As questões de investigação, as metodologias utilizadas, e as formas de divulgação dos resultados, são alguns exemplos de aspetos da investigação que são influenciados pelo contexto pessoal, social, económico e cultural dos/as investigadores/as (Routledge, 1996).

Houve ao longo dos tempos, em Portugal, uma contaminação positiva por parte dos movimentos feministas fora da academia que de alguma forma capacitaram o discurso académico. Assim como os discursos académicos influenciaram, principalmente a partir da década de 1980, os próprios movimentos sociais (Macedo e Pereira, 2015). Embora exista um corpus sólido, diversificado e maduro de reflexão feminista na academia portuguesa, há uma falta de reconhecimento institucional com muito poucos cursos sobre estudos sobre as mulheres, estudos de género e estudos feministas, formalmente organizados em currículos com diplomas académicos. Houve, e ainda existem, muitas resistências ao reconhecimento formal dos estudos sobre as mulheres, estudos de género e estudos feministas como um domínio científico em Portugal. O longo período de ditadura em Portugal que durou mais de 40 anos no século passado, teve uma grande influência na sociedade portuguesa, impedindo movimentos sociais como a segunda onda do feminismo de promover mudanças sociais na academia. A resiliência de investigadoras/es portuguesas/es permitiu superar a falta de apoio institucional e financeiro, possibilitando o avanço dos estudos sobre as mulheres, estudos de género e estudos feministas. No entanto, é significativo que o único centro de investigação de estudos de género em Portugal, o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), só tenha surgido em 2012.

Claramente Portugal tem lacunas significativas ao nível dos estudos de género, quando comparado com outros países europeus, mas iniciativas como o doutoramento em Estudos de Género são claramente um contributo de enorme valor. O doutoramento em Estudos de Género é um excelente exemplo de como se pode fazer a mudança ao promover espaços de partilha, reflexão e construção colaborativa. De realçar que este doutoramento é organizado no contexto do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), sendo

evidente a importância de centros de investigação no avanço das áreas científicas.

Diversas correntes teóricas salientam a importância de a investigação científica estudar os problemas sociais, explorando propostas de abordagem e possíveis soluções. A academia pode ter um papel importante ao revelar e questionar desigualdades e ao investigar os fenómenos sociais de uma forma que faça sentido não só para os académicos/os, mas também para os não-académicos/os, com impacto nas condições reais de vida dos indivíduos. Nesta perspetiva, a investigação académica pode contribuir de forma significativa para representar e empoderar grupos minoritários e/ou marginalizados, através da criação de novos espaços de intervenção.

As palavras Doreen Massey, geógrafa e feminista, são para mim uma referência importante:

A investigação académica deve ultrapassar a mera produção de artigos, livros e relatórios que se acrescentam ao curriculum; as/os investigadoras/es devem ter a noção de que estão a lançar algo num fluxo, numa proliferação de conexões, que produz efeitos na realidade sobre que se debruça e é simultaneamente influenciada por essa mesma realidade (Massey, 2000, p. 132).

Deixo uma questão: Estar na academia é também estar no ativismo – há outra forma?.

Referências

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**, 7 ed., Editora 34, 2000.

FERREIRA, Eduarda; SILVA, Maria João. Ativismo e Academia: Visibilidades Múltiplas. *LES – Journal of Lesbian Issues*, 3 (1), 42-50, 2011.

FERREIRA, Eduarda. Women's, Gender and Feminist Studies in Portugal: researchers' resilience vs institutional resistance. *Gender, Place & Culture*, 26 (7-9), 1223-1232, 2019.

GILL, Rosalind. Breaking the Silence: the Hidden Injuries of the Neoliberal University. In R. Ryan-Flood e R. Gill (Eds.), **Secrecy and Silence in the Research Process: Feminist Reflections**. Routledge, 2010.

MACEDO, Ana Gabriela; PEREIRA, Margarida Esteves. Women and Gender Studies in Portugal, an Overview from an Anglicist Perspective. In R. Haas (Ed.) **Rewriting Academia**. The Development of the Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe, 27-49. Peter Lang, 2015.

MASSEY, Doreen. Editorial: practising political relevance. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 25, 131-33, 2000.

NEGRI, Antonio. **The Politics of Subversion: A Manifesto for the 21st**

Century. Polity Press, 1989.

PEREIRA, Maria do Mar. Ativismo na “Academia sem paredes”: (Im)possibilidades de intervenção política em tempos de performatividade e precariedade. *LES – Journal of Lesbian Issues*, 3 (1), 3-13, 2011.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography**: the limits of geographical knowledge. University of Minnesota Press, 1993.

ROUTLEDGE, Paul. The Third Space as Critical Engagement. *Antipode*, 28, 399-419, 1996.

RUDDICK, Sue. Activist Geographies: building possible worlds. In P. J. CLOKE; P. CRANG; M. GOODWIN (Eds.), **Envisioning Human Geographies**, 229-250, Arnold, 2003.

STENGERS, Isabelle. **Une Autre Science est Possible!** Manifeste pour un Ralentissement des Sciences. Empêcheurs de penser en rond, 2013.

Nota biográfica

Eduarda Ferreira

Investigadora do CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, na FCSH / NOVA. Com formação em Psicologia e PhD em Geografia Social e Cultural, tem como interesses de investigação género e sexualidades. É membro fundador da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA), membro do Space, Sexualities and Queer Research Group, e editora da secção LES Online da Revista Latino-Americana de Geografia e Género. É membro do comité de direção da European Geographies of Sexualities Conference. Página pessoal: <www.eferreira.net>.

Recebido em 27 de março de 2022.

Aceito em 14 de maio de 2022.

Eduarda Ferreira

252